



Retropolação das Contas Econômicas Integradas – CEI

Brasil

2000 - 2009

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Rebeca de La Roque Palis

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Retropolação das Contas Econômicas Integradas – CEI

Brasil

2000 - 2009

Rio de Janeiro
2017

Sumário

Apresentação	5
Introdução	6
Estrutura das contas.....	7
Comentários dos principais resultados.....	8
Referências	25
Glossário	26

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apresenta, nesta publicação, a retropolação das Contas Econômicas Integradas – CEI. São disponibilizados os resultados atualizados e coerentes para o período de 2000 a 2014, sendo que de 2000 a 2009 reestimado.

Em 2015, foi publicado o Sistema de Contas Nacionais (SCN) – referência 2010 já com a incorporação das últimas recomendações internacionais do manual **System of National Accounts 2008** (SNA 2008). Na ocasião, foi feita a reestimação dos anos anteriores a 2010 até 2000, apenas para as Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Agora, pela primeira vez, esse processo também foi adotado em relação à CEI.

No portal do IBGE na internet, estão sendo disponibilizados:

- a) A série retropolada da CEI para o período 2000 a 2009;
- b) Tabelas sinóticas retropoladas (Tabelas: 1, 3, 4 e 16)

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor de Pesquisa

Introdução

O IBGE, de tempos em tempos, realiza mudanças do ano de referência do Sistema de Contas Nacionais (SCN), promovendo revisões nas séries. Em 2015, foi publicado o SCN – referência 2010 já com a incorporação das últimas recomendações internacionais do manual *System of National Accounts 2008* (SNA 2008). Na ocasião, foi feita a reestimação dos anos anteriores a 2010 apenas para as Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Agora, pela primeira vez, esse processo também foi adotado em relação à CEI, para o período de 2000 a 2009. Com isso, ficará disponível uma nova série temporal da CEI, atualizada e coerente, de 2000 a 2014.

Algumas das alterações introduzidas no SCN – referência 2010 tiveram impacto nos resultados dos setores institucionais (Empresas não financeiras, Empresas financeiras, Governo, Famílias e Instituições sem fins de lucros a serviço das famílias).

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), que tem correspondência com a classificação internacional de atividades econômicas da ONU (CIIU/ISIC Rev.4) o setor institucional empresas financeiras e também a atividade financeira passam a incluir as holdings não financeiras, que antes estavam classificadas no setor empresas não financeiras. Como essas empresas normalmente são receptoras líquidas de rendas de propriedade, principalmente dividendos, essa alteração de classificação beneficia o setor empresas financeiras em detrimento do setor empresas não financeiras.

Além disso, foi introduzida no SCN – referência 2010, uma nova fonte de dados para a transação dividendos e retiradas, a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física – DIRPF. Essa fonte permitiu um ganho de qualidade nas estimativas dos dividendos recebidos pelas famílias e significou um aumento no patamar desse montante. Como o setor empresas não financeiras é o maior pagador de dividendos, esse fato, da mesma forma que a reclassificação das holdings não financeiras, também gerou impacto negativo no resultado desse setor.

A produção do setor empresas financeiras inclui os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos – SIFIM. A estimativa do SIFIM se dá pelo diferencial dos juros recebidos e dos juros pagos, com base na aplicação nas contas ativas e passivas geradoras de SIFIM, de taxas médias de juros selecionadas de acordo com a transação e uma taxa e a SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia -, tomada como taxa de juros de referência na economia. No SCN – referência 2010, a estimativa dessa produção ganhou mais qualidade, já que foi possível obter taxas de juros basicamente para todas as contas ativas e passivas consideradas. Tal fato possibilitou uma melhor estimativa do montante de juros pagos e recebidos na economia, bem como pelos setores institucionais.

No caso do setor Governo Geral, as principais alterações decorreram de mudanças já mencionadas na publicação das Tabelas de Recursos e Usos retropoladas: 1) reclassificações de itens da receita como da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), que deixa de ser classificada como contribuição social e passa a imposto sobre produto; e do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI), que anteriormente era classificado como impostos sobre capital e passa a ser computado como imposto sobre produto e 2) reclassificação de itens da despesa, com destaque para as despesas de Pesquisa e Desenvolvimento que deixam de compor os gastos do consumo do governo e passam incorporar a formação bruta de capital fixo.

Estrutura de contas

No SNA, as transações são apresentadas em uma sequência de sete contas, outros fluxos econômicos em duas contas e as variáveis de estoque são apresentadas na conta de patrimônio.

Cada fluxo no SNA está relacionado a um tipo particular de processo econômico, como a produção, ou a geração, distribuição, redistribuição ou uso da renda, e acumulação. Cada uma das contas correntes mostra os recursos disponíveis para as unidades institucionais e os usos desses recursos. Essas contas são equilibradas através da introdução de um saldo contábil definido residualmente como a diferença entre os recursos totais registrados em um dos lados da conta e o total de usos registrados no outro lado. O saldo de uma conta é transportado como o primeiro item da conta seguinte, no lado oposto, o que torna o conjunto de contas um todo articulado.

Aa sequência das contas de transações é dividida entre o grupo de contas correntes e o grupo de contas de acumulação. As contas correntes registram a produção de bens e serviços, bem como a geração, a distribuição, a redistribuição e a utilização da renda. As contas de acumulação registram as transferências de capital, a aquisição e a alienação de ativos e passivos, e outros fluxos econômicos relacionados a ativos e passivos.

As contas do Sistema de Contas Nacionais brasileiro seguem a estrutura que compõem as Contas Econômicas Integradas - CEI, A sequência de contas é a seguinte:

1. Conta de produção - conta que identifica o valor da produção e o consumo intermediário, tendo como saldo o valor adicionado bruto;
2. Conta de geração da renda - identifica os componentes do valor adicionado, tendo como saldo o excedente operacional bruto;
3. Conta de alocação da renda ou distribuição primária da renda - conta que parte do excedente operacional e acrescenta as rendas de propriedade pagas e recebidas, de forma a obter o saldo das rendas primárias ou renda nacional bruta quando se trata da economia como um todo;
4. Conta de distribuição secundária da renda - conta que acrescenta as operações de redistribuição de renda, que tem como saldo a renda disponível bruta;
5. Conta de uso da renda - conta que coloca em contraste a renda disponível bruta e a despesa de consumo final, tendo como saldo a poupança bruta; e
6. Conta de capital - primeira das contas de acumulação, coloca a poupança bruta em contraste com a aquisição de ativos fixos ou ativos não financeiros não produzidos. Seu saldo é a capacidade ou necessidade de financiamento do setor.

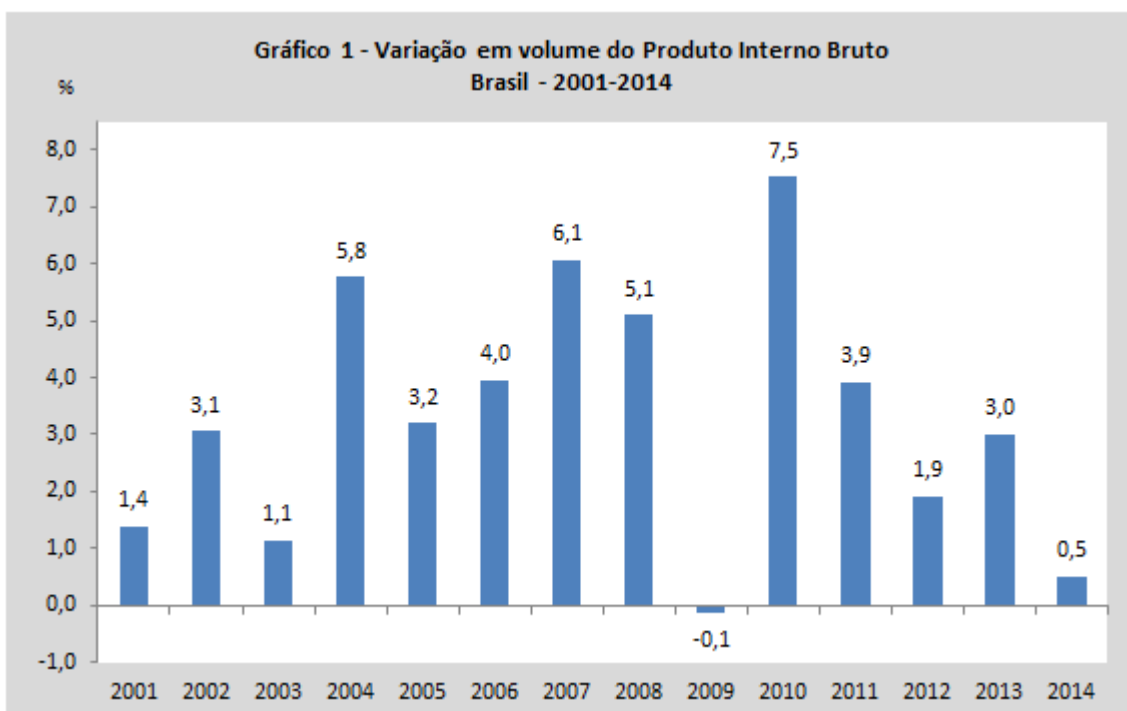
Além das transações que afetam o patrimônio líquido e transações com ativos não financeiros, são apresentadas as transações com ativos e passivos financeiros, ou seja, a conta financeira, bem como a conta de patrimônio. Porém, a conta financeira e de patrimônio financeiro não foram retrogradadas.

Comentários dos principais resultados

Economia Nacional

A economia nacional registrou transformações significativas na primeira década e meia dos anos 2000, alternando entre crescimento moderado, forte dinamismo e estagnação ao final do período. Tal dinâmica foi influenciada pela conjugação de fatores externos e internos. Externamente, destaca-se o crescimento mundial com a melhora dos termos de troca do país e sua posterior reversão ao final da década de 2010. Internamente, houve a adoção de políticas de renda e de crédito voltadas para a expansão da demanda e seu posterior esgotamento.

Nos quatorze anos decorridos entre 2001 e 2014, a variação em volume do PIB registrou média anual de 3,3%, distribuída heterogeneamente entre os anos, conforme mostra o gráfico 1. Observa-se que, em geral, o país registrou taxas de crescimento no período, com exceção de 2009 quando o PIB brasileiro caiu 0,1%, por conta dos reflexos da crise internacional iniciada no ano anterior, refletida na taxa negativa de crescimento da economia mundial e na retração do comércio internacional. As medidas econômicas de estímulo à demanda doméstica impulsionaram o crescimento do PIB em 2010, que alcançou 7,5%. Posteriormente as taxas de crescimento anuais foram se desacelerando até fechar o período analisado com variação de 0,5%, em 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Ao analisar o resultado final da economia nacional com o resto do mundo, ou seja, a capacidade/necessidade líquida de financiamento pode-se observar que durante todo o período o país foi financiado pelo resto do mundo, exceto no triênio 2004 a 2006, quando registrou uma capacidade de financiamento de R\$ 17,8 bilhões (0,9% do PIB), R\$ 20,1 bilhões (0,9% do PIB) e R\$ 14,7 bilhões (0,6% do PIB), respectivamente. A razão principal para esse resultado foi o saldo externo de bens e serviços, que depois de experimentar resultados negativos nos anos

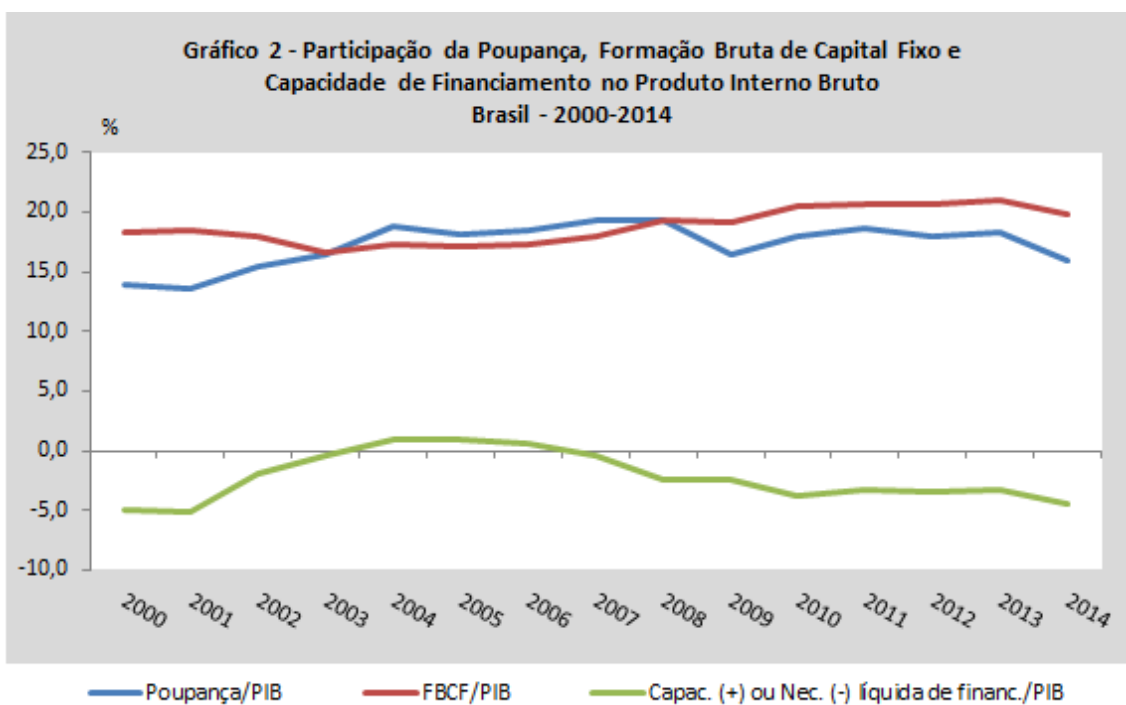
de 2000 e 2001, passou a ser positivo em 2002 e apresentou um forte crescimento nos anos seguintes, passando de R\$ 12,5 bilhões em 2002, para R\$ 66,8 bilhões em 2004, R\$ 73,8 bilhões em 2005 e R\$ 65,2 bilhões em 2006. Esse comportamento é explicado pela valorização dos termos de troca dos produtos nacionais, que resultaram em forte ampliação das exportações brasileiras.

A capacidade de financiamento verificada no triênio 2004-2006 é também explicada pela diferença positiva da taxa de poupança (poupança bruta/PIB) e a taxa de investimento (formação bruta de capital fixo - FBCF/PIB). Como consequência a taxa de autofinanciamento (razão entre a poupança bruta e a FBCF) ficou acima de 100% nesse período.

Já em 2007, apesar da taxa de autofinanciamento ter se mantido superior a 100%, o país registrou uma necessidade de financiamento de 0,5% do PIB devido à variação de estoques no ano, que apresentou um forte crescimento, passando de R\$ 14,6 bilhões em 2006 para R\$ 49,6 bilhões em 2007.

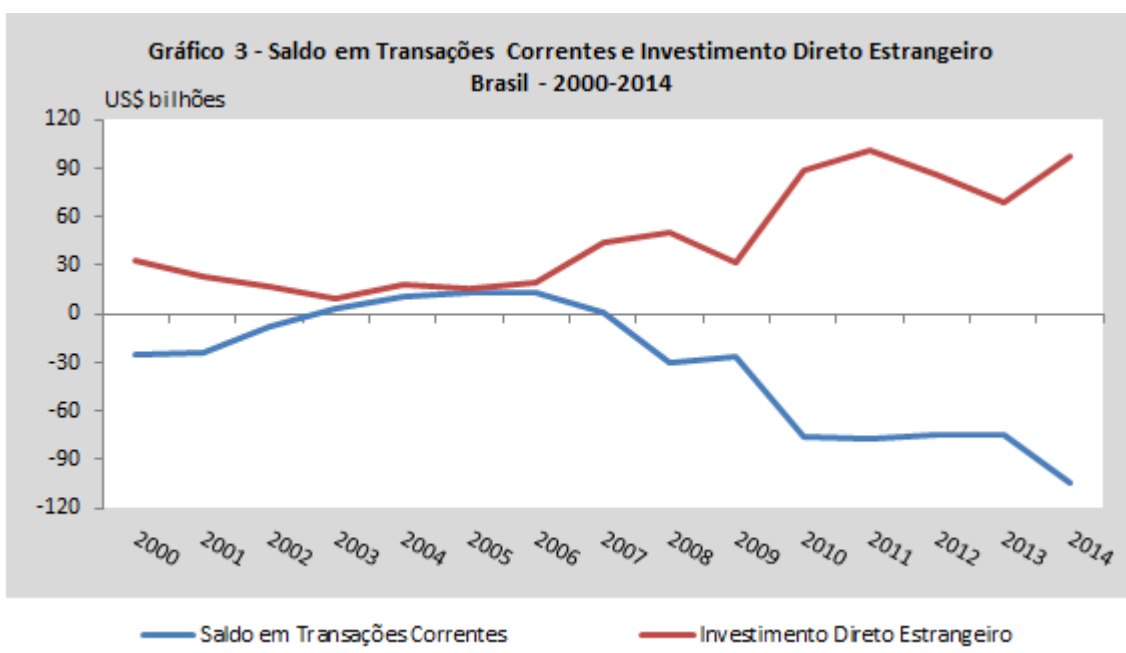
A partir de 2008 e, sobretudo no ano seguinte, quando os efeitos da crise mundial foram mais intensamente disseminados na economia doméstica, a necessidade de financiamento do país atingiu -2,4% do PIB, tanto em 2008 como em 2009. O cenário externo contribuiu negativamente para o crescimento do país, causando uma desaceleração no crescimento das exportações nesses anos. O saldo de transações correntes, influenciado pelo resultado da balança comercial, tornou-se deficitário em 2008 (R\$ 30,6 bilhões), ampliando-se até atingir o patamar de R\$ 104,2 bilhões em 2014. Também contribuiu para isso o aumento expressivo das rendas de propriedades líquidas enviadas ao resto do mundo, especificamente o envio líquido de dividendos, que apresentou um crescimento expressivo da ordem de 31,7% em 2008 em relação a 2007.

Como pode ser visto no gráfico 2, em geral, com exceção do período de 2004 a 2007, a taxa de investimento foi superior a taxa de poupança. A taxa de investimento aumentou continuamente de 16,6%, em 2003, para 20,9%, em 2013, recuando um ponto percentual no ano final da série. Já a parcela do PIB destinada à poupança teve movimento ascendente desde seu nível mínimo, em 2001, até o biênio 2007-2008, quando atingiu seu auge, em torno de 19%. Em 2009, a taxa de poupança recuou intensamente para depois recuperar participação nos quatro anos seguintes e finalizar o período com novo recuo, em 16,0%. Tais movimentos impactaram diretamente a necessidade líquida de financiamento do país, que sofreu uma primeira redução nos anos 2008 e 2009, e posteriormente, em 2014. Em 2014, a taxa de autofinanciamento atingiu 80,5%, ou seja, cerca de 20% dos nossos investimentos tiveram que ser financiados pelo resto do mundo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O gráfico 3 traz uma comparação entre o saldo externo em transações correntes vis à vis o Investimento Direto no País (IDP). Nota-se que nos períodos em que a economia nacional apresentou déficits em transações correntes, estes foram, em grande parte, financiados pelo IDP, especialmente a partir de 2009, alcançando R\$ 104,2 bilhões em 2014.

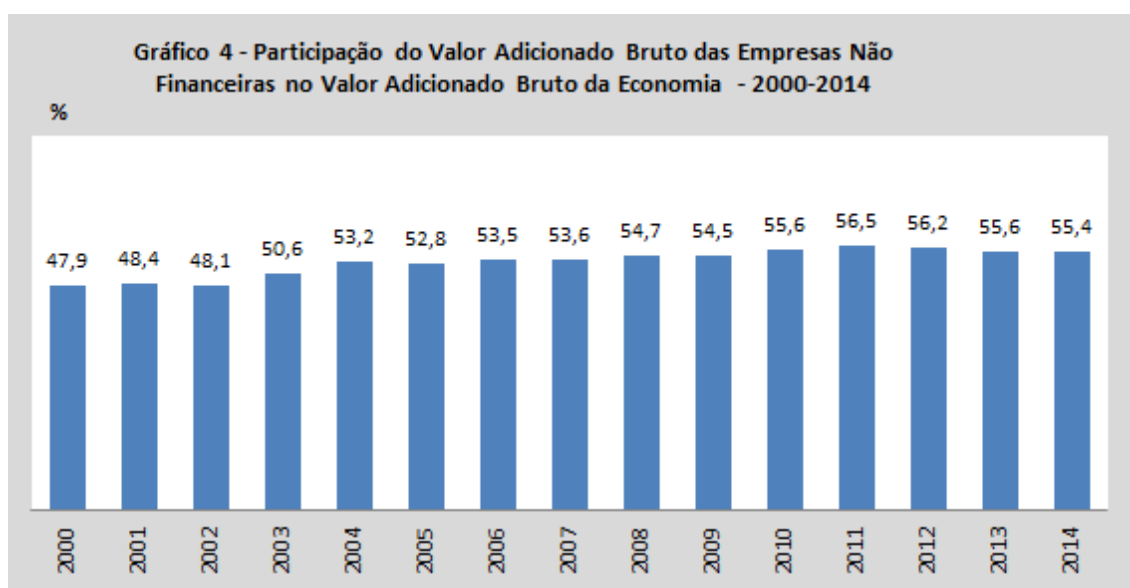


Fonte: Banco Central do Brasil.

Empresas Não Financeiras

As empresas não financeiras são aquelas cuja principal atividade é a produção de bens e serviços não financeiros de mercado. A produção de bens e serviços de mercado significa a prática de preços economicamente significativos pelas empresas. Os preços são considerados economicamente significativos quando têm grande influência nos montantes que os produtores estão dispostos a oferecer e nos montantes que os compradores desejam comprar.

Ao longo do período compreendido entre os anos 2000 e 2014 as empresas não financeiras se depararam com diferentes cenários e foram impactadas por cada um deles de forma bastante distinta. Esses cenários, por sua vez, refletiram a ação de uma série de variáveis, como as orientações da política econômica, principalmente no que se refere a juros, câmbio, tributos e salários, as oscilações do nível de preços das commodities, a liquidez do mercado financeiro internacional e uma sucessão de eventos políticos no plano interno e externo. Alguns grupos de atividades foram mais afetados ao longo desse período, como a indústria de transformação. No entanto, os fatores adversos não foram suficientes para impedir que as empresas não financeiras em seu conjunto ampliassem sua participação no valor adicionado bruto (VAB) da economia nacional de 47,9% em 2000 para 55,4% em 2014 (gráfico 4).

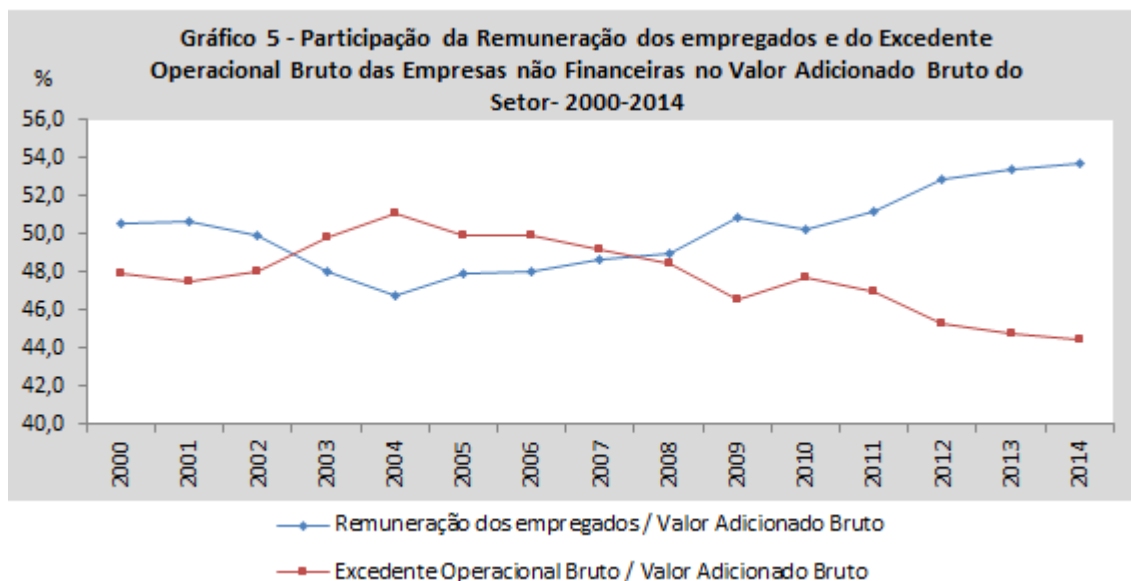


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A elevação dos preços internacionais de produtos como petróleo e minério de ferro, que estimulou forte crescimento da indústria extrativa nacional, foi um dos principais fatores dessa expansão. Em volume, o crescimento acumulado de 2000 a 2014 da extrativa mineral foi de, aproximadamente, 86% contra 57% do PIB. Outro setor que se destacou positivamente entre 2000 e 2014 foi o comércio, impulsionado principalmente pelo aumento no consumo das famílias e por um câmbio favorável à importação de bens para revenda.

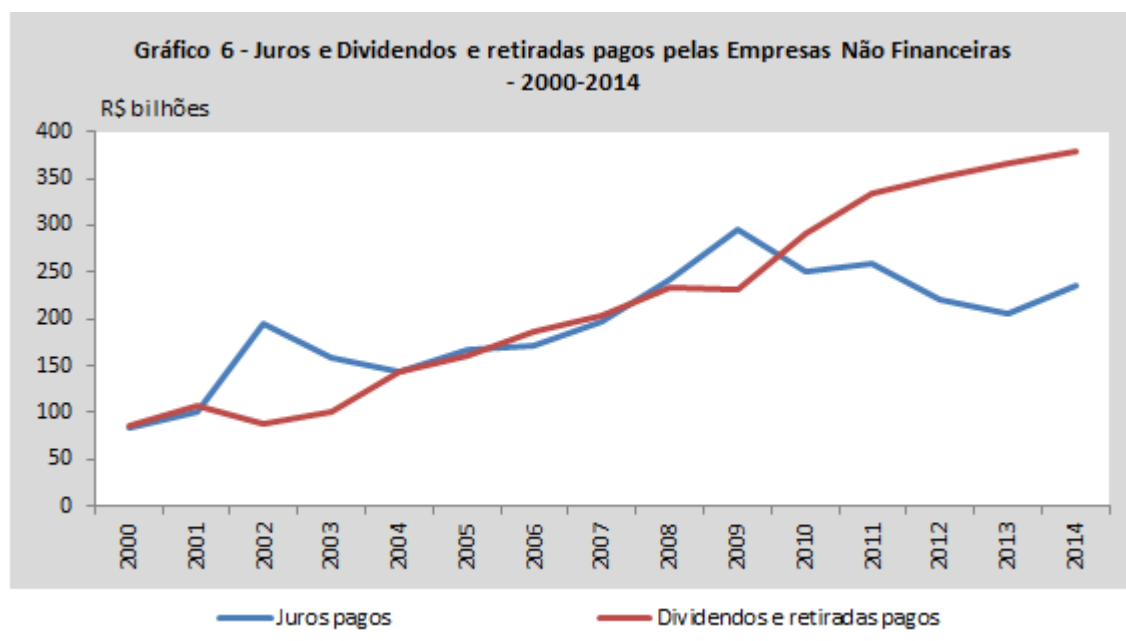
Quanto à evolução do excedente operacional bruto e da remuneração dos empregados, é possível destacar dois momentos durante o período analisado. Entre 2000 e 2004 houve uma queda na participação da remuneração no valor adicionado bruto gerado pelas empresas não financeiras, tendo como contrapartida a recuperação do excedente operacional bruto (EOB). Já a partir de 2005 a ocorrência de ganhos reais nos salários teve por

consequência uma elevação nas remunerações dos trabalhadores e em seu peso no valor adicionado bruto das empresas não financeiras (gráfico 5).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No que se refere às rendas de propriedade vale destacar a redução dos juros pagos pelas empresas não financeiras, principalmente após 2010. De fato, como pode ser observado no gráfico 6, os juros pagos vinham acompanhando a evolução dos dividendos e retiradas pagos até o último quadriênio da série, quando então começaram a cair.

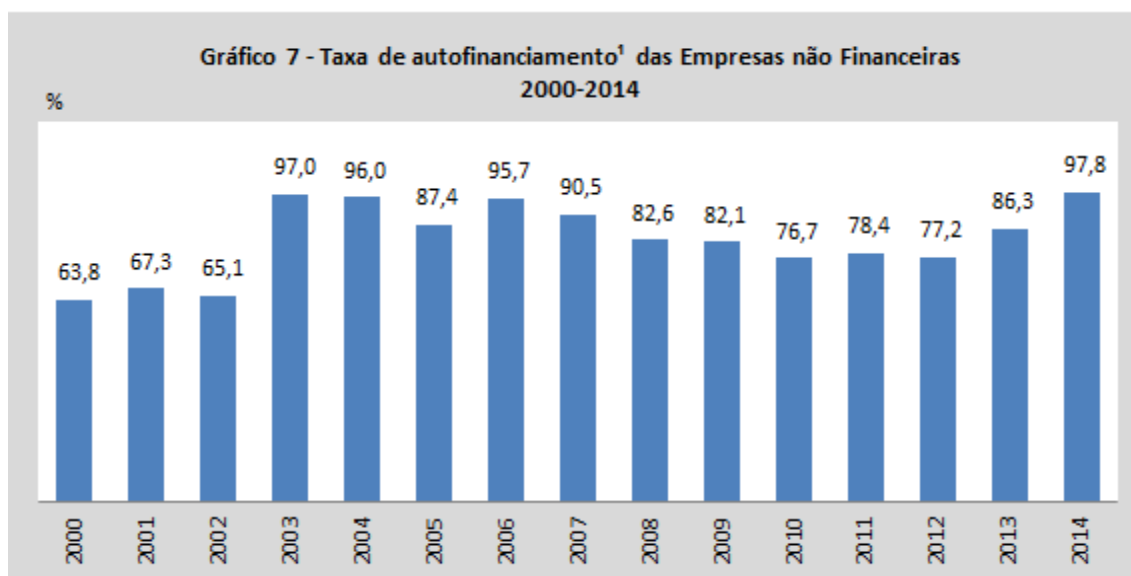


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Essa redução ocorreu principalmente em função da queda da taxa de juros de referência, Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, da grande disponibilidade de crédito direcionado emprestado por instituições financeiras governamentais (a um custo menor quando comparado ao do crédito livre) e do maior acesso às linhas de crédito dos mercados

financeiros internacionais após o país obter o grau de investimento das agências de classificação de risco de crédito em 2008. Já os dividendos e retiradas pagos cresceram em termos correntes em praticamente todos os anos (com exceção de 2002 e 2009).

A taxa de autofinanciamento (razão entre a poupança bruta e a formação bruta de capital fixo - FBCF) pode ser analisada em três etapas distintas ao longo da série. A inicial (de 2000 a 2002) foi caracterizada por um nível relativamente baixo de poupança bruta, influenciado principalmente por uma elevada despesa com juros líquidos.



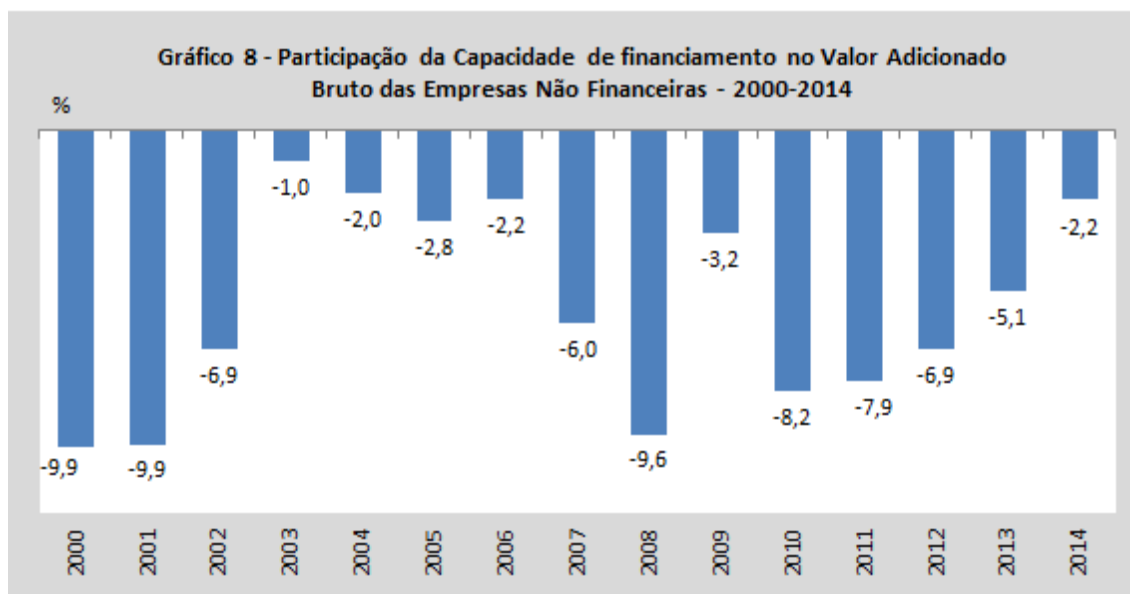
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

¹ Poupança Bruta / Formação Bruta de Capital Fixo

A etapa seguinte (2003-2012) marcou uma mudança de patamar dessa taxa devido à elevação do excedente operacional bruto e à redução da despesa com juros líquidos. Porém, a partir desse reposicionamento, a taxa de autofinanciamento passou a apresentar uma tendência declinante até 2012 motivada, em especial, pelo melhor acesso das empresas não financeiras ao mercado de crédito, propiciando com isso um maior financiamento dos investimentos.

Já a última fase (2013-2014) mostra uma recomposição do autofinanciamento induzida pelo aumento da poupança bruta no período, aliada a uma queda da FBCF, particularmente em 2014.

A necessidade de financiamento das empresas não financeiras, além de estar diretamente ligada ao nível de atividade da economia, está relacionada também ao nível de confiança desses agentes com o momento da economia. A queda na necessidade de financiamento esteve atrelada a uma forma de gestão mais cautelosa das empresas em face de circunstâncias adversas. De fato, os anos que apresentaram rápida retração na necessidade de financiamento (2003, 2009 e 2014) caracterizaram-se por apresentar turbulências no campo político e econômico. Os ajustes efetuados pelas empresas não financeiras em cada um desses períodos, no entanto, foram de natureza distinta (gráfico 8).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

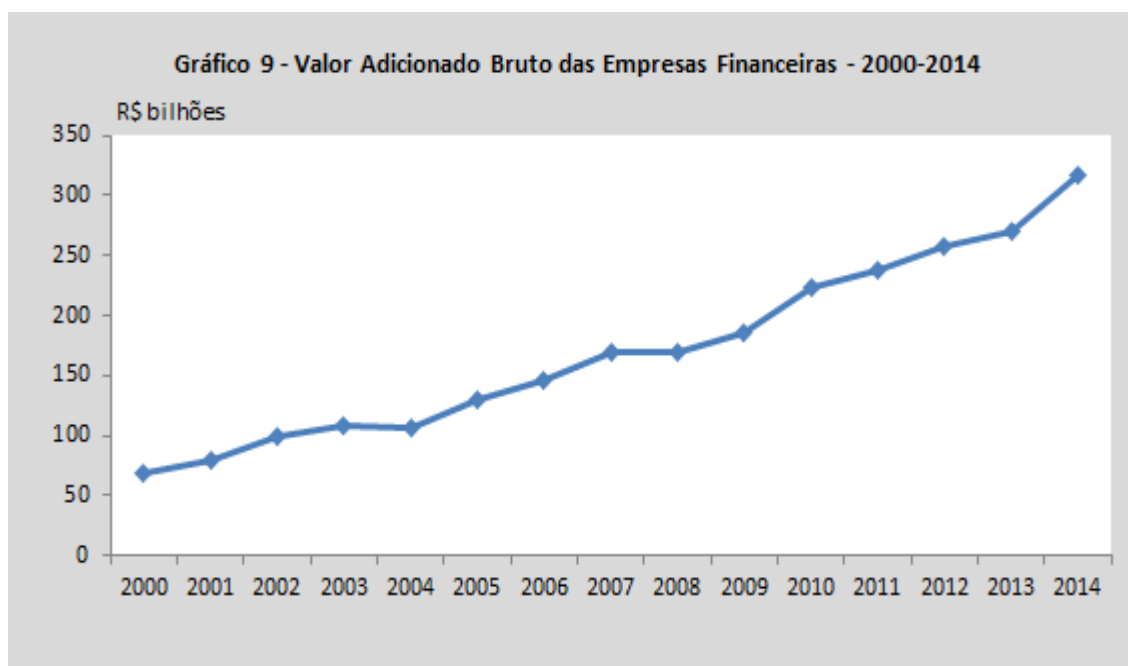
Enquanto em 2003 a elevação da poupança bruta resultou na redução da necessidade de financiamento, o ajuste em 2009 foi consequência principalmente da expressiva queda no nível dos estoques e da FBCF em relação a 2008. Já no caso de 2014, a desaceleração nos investimentos foi o principal fator de recomposição dos recursos das empresas não financeiras.

Empresas Financeiras

As empresas financeiras são todas as unidades institucionais residentes que se dedicam principalmente a prestar serviços financeiros, que incluem serviços de seguros e fundos de pensão a outras unidades institucionais. A produção de serviços financeiros é o resultado da intermediação financeira, da gestão de risco financeiro, da transformação da liquidez ou das atividades financeiras auxiliares.

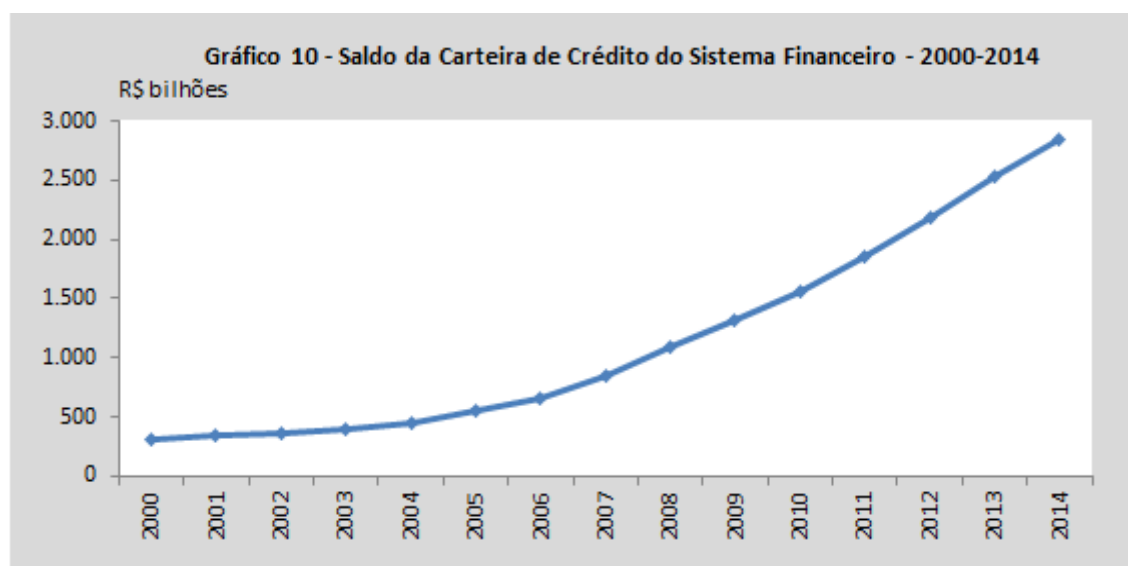
O valor adicionado bruto (VAB) do setor institucional Empresas Financeiras manteve tendência de crescimento no período de 2000 a 2014, acompanhando basicamente o movimento do saldo da carteira de crédito do sistema financeiro, o aumento das tarifas de serviços bancários e o crescimento do setor de previdência privada, principalmente na década de 2000. Apesar de algumas oscilações ao longo do período analisado a participação média do VAB do setor no total da economia foi de 5,8%.

Destoa da tendência geral o ano de 2004, em que o agregado apresentou leve queda de 1,2% em relação ao ano anterior. Já em 2008, verificou-se uma estabilidade, com um pequeno crescimento de 0,45% (vide gráfico 9). Nesses dois anos observou-se uma desaceleração do crescimento do valor da produção (VP) em relação ao ano anterior.

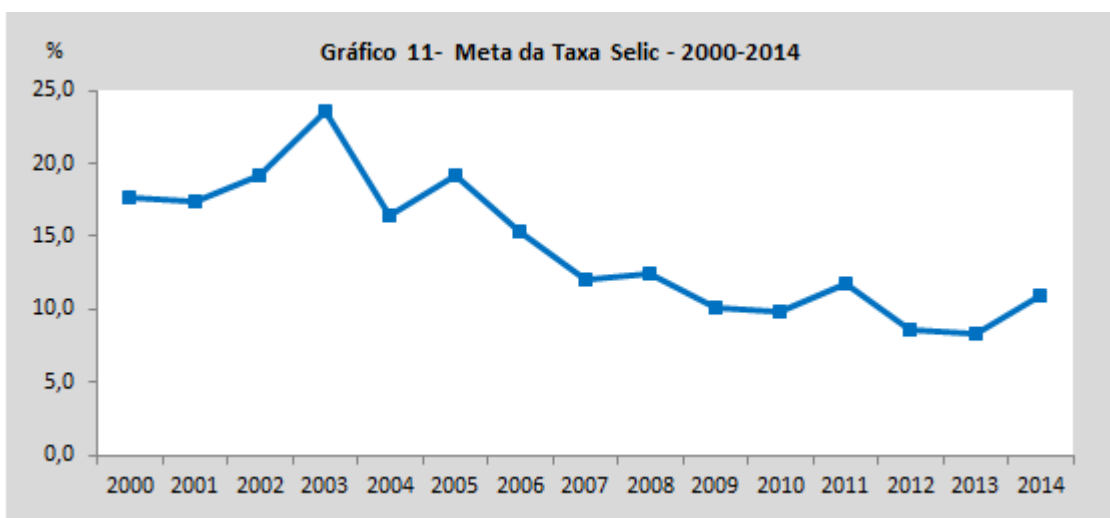


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No caso específico dos bancos e demais intermediários financeiros, além do saldo das operações de crédito (gráfico 10) e das tarifas de serviços bancários, outro fator que exerce influência sobre o valor da produção do setor Empresas Financeira são as taxas de juros praticadas na economia. No gráfico 11 é possível observar que a taxa Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (referência para as demais taxas de juros da economia) teve uma redução forte em seu valor em 2004. Este fato pode ser associado à desaceleração do VP do setor observada neste ano, devido a elevada participação da produção dos bancos e demais intermediários financeiros no valor da produção do setor Empresas Financeiras.



Fonte: Banco Central do Brasil.

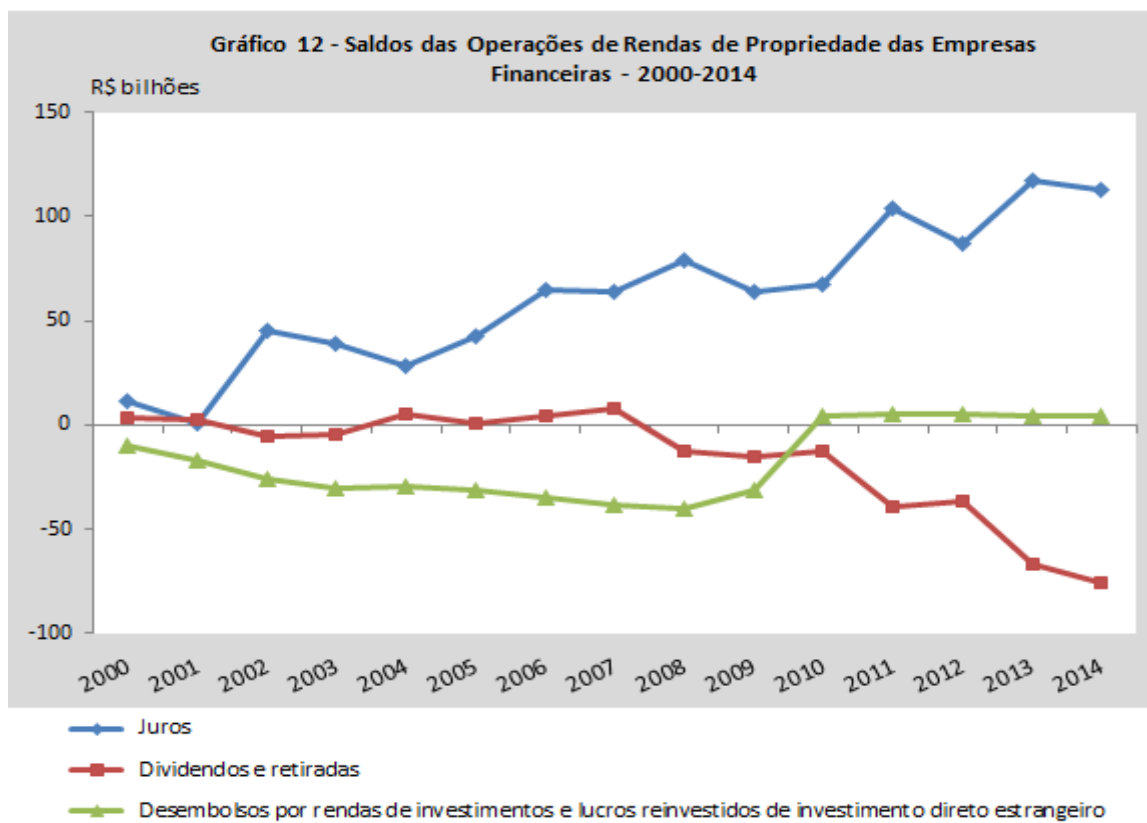


Fonte: Banco Central do Brasil.

Diferente do observado em 2004, em que houve queda do VAB e da taxa Selic no mesmo período, a estabilidade do VAB em 2008 foi concomitante a uma recuperação das taxas de juros após quedas em 2006 e 2007. A despeito disso, verifica-se uma queda maior em todos os demais agregados, como renda disponível bruta, poupança bruta e capacidade de financiamento em 2008 em relação a 2007. Esse movimento fica explicitado a partir do saldo da conta de alocação da renda primária.

Essa conta explicita as rendas de propriedade a pagar e a receber, que contemplam: transações de juros (D.41), dividendos e retiradas (D.42), desembolsos por rendas de investimentos e lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro (D.43-D.44) e rendas de recursos naturais (D.45). No setor financeiro, os fluxos de juros têm peso predominante sobre as demais operações registradas na conta.

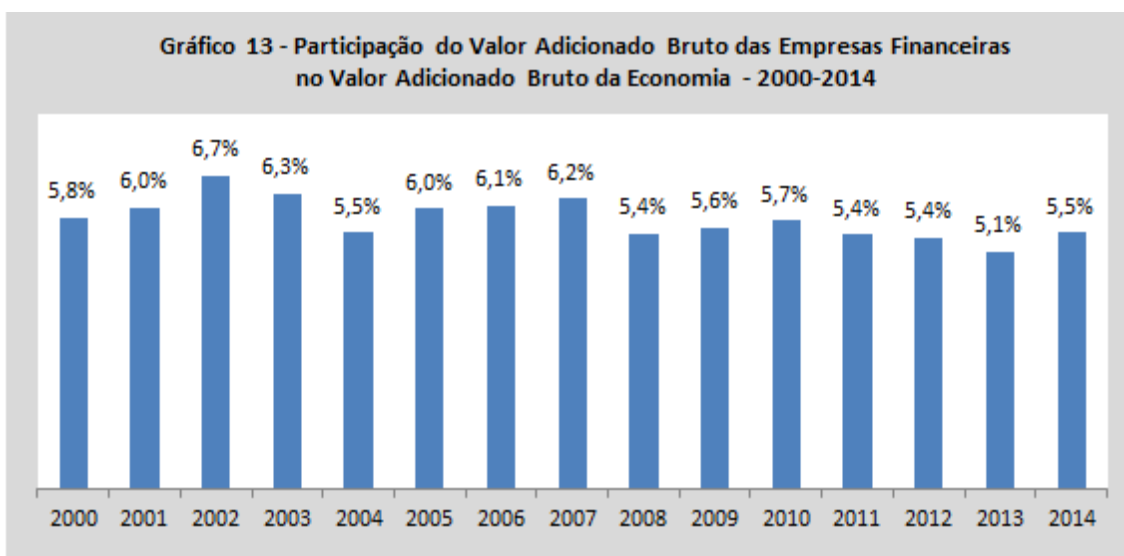
Analisando essas operações (gráfico 12), vemos que o resultado líquido das operações de juros cresceu em 2008, acompanhando a tendência da Selic, porém, os saldos das demais operações (dividendos e retiradas e desembolsos por rendas de investimentos e lucros reinvestidos de investimento direto estrangeiro), sofreram forte queda em 2008, especialmente os dividendos e retiradas compensando o saldo das operações de juros. O comportamento dessas variáveis pode ser associado à resposta do sistema financeiro brasileiro à crise financeira internacional e às políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Um movimento recorrente em crises financeiras é a liquidação de posições em países emergentes (teoricamente mais arriscados) para aplicar em mercados supostamente mais sólidos, ou para cobrir perdas em outros mercados. Em 2008 observou-se forte saída de recursos do país na forma de lucros e dividendos remetidos e reversão de investimentos em carteira. As remessas de lucros e dividendos muitas vezes são feitas por filiais de empresas para socorrer suas matrizes em caso de estas estarem com dificuldades financeiras. Já o forte declínio da entrada de investimento em carteira no país pode ser associado à instabilidade do período. A alta da taxa Selic em 2008 também pode ser interpretada como uma resposta a esse cenário e atuou no sentido de desestimular a fuga de capitais do país.

Ao analisar a participação do VAB das Empresas Financeiras no VAB total da economia, verifica-se uma oscilação maior do que o valor nominal do VAB do setor, até pelo fato de o VAB das empresas financeiras ser relativamente pequeno. Ainda assim, em linha com os movimentos apresentados pelo VAB nominal, e associado aos fatores descritos acima, observou-se perda de participação do agregado também nos anos de 2004, 2008, além de 2003, e no triênio 2011 a 2013, como pode ser observado no gráfico 13.

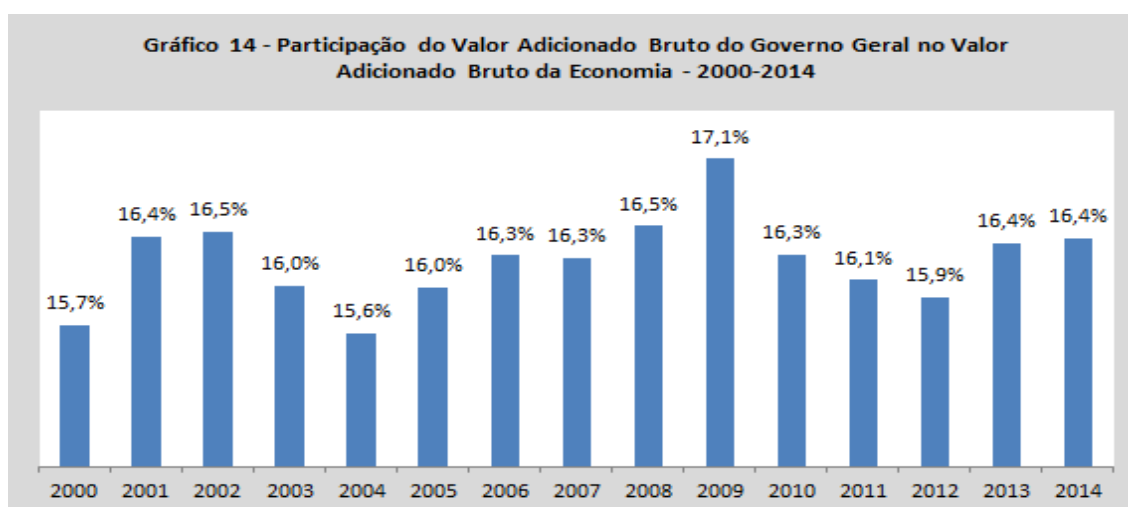


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Geral

O setor institucional governo geral é constituído por unidades que têm como função principal produzir serviços não mercantis destinados à coletividade e/ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Os serviços são considerados não mercantis quando prestados de forma gratuita ou semigratuita. A principal fonte de recursos do setor é o pagamento obrigatório efetuado pelas demais unidades institucionais na forma de impostos, taxas e contribuições sociais.

O comportamento do setor governo pode ser sintetizado a partir da análise de um conjunto selecionado de agregados macroeconômicos: valor adicionado, poupança bruta e necessidade líquida de financiamento. O valor adicionado bruto (VAB) representa dimensão produtiva da contribuição do setor institucional na composição do total economia. Entre 2000-2014 a participação do setor oscilou entre 15,6% e 17,1% do total do valor adicionado bruto da economia (vide gráfico 14), sendo possível observar que nos momentos de aceleração da atividade econômica (2000, 2004, 2010) há tendência de redução desta participação, enquanto que em momentos de desaceleração (2009) há tendência de elevação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Já o agregado da poupança bruta reflete saldo da conta de uso da renda, que compara a renda disponível bruta (RDB) com a despesa de consumo final. Em outros termos, representa a parte da renda disponível que não é destinada ao consumo final de bens e serviços. No caso do setor Governo Geral a renda disponível é resultado do saldo de transações influenciado, principalmente: pelo lado dos recursos, por impostos correntes e contribuições sociais e pelas rendas de propriedade (juros, dividendos e rendas de recursos naturais); pelo lado dos usos pelos gastos com rendas de propriedade (juros) e benefícios sociais.

Observando os dados da poupança do governo no período é possível identificar pelo menos quatro períodos distintos:

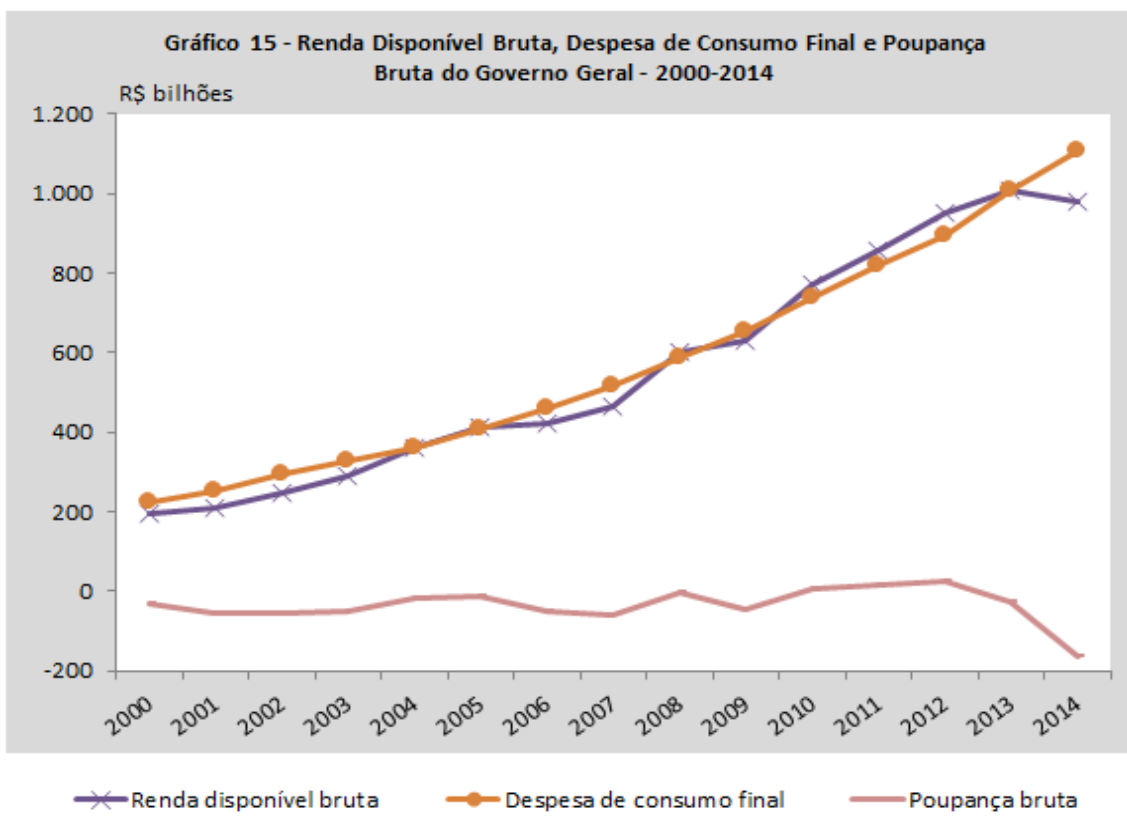
1) 2000-2005: a poupança se situa em patamares negativos e a renda disponível bruta apresenta taxas de crescimento (16,4% ao ano em média) superiores às taxas de crescimento da despesa de consumo final do governo em toda a série, que acabaram se refletindo em uma redução da poupança negativa em 2004. Neste ano, em particular, o resultado foi influenciado também pelo crescimento da arrecadação de impostos sobre a produção, com a ampliação da tributação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) que passou a incidir sobre as importações, e pela redução dos pagamentos líquidos de rendas de propriedade, em virtude da redução da taxa de juros iniciada no ano anterior.

2) 2005-2008: Com a retomada do crescimento econômico em 2004 e o aumento das pressões inflacionárias, a política monetária, regida pelo sistema de metas de inflação, se torna mais restritiva e os juros são elevados ao longo de 2005, com impactos sobre os pagamentos líquidos de juros em 2005 e 2006. A taxa de crescimento da RDB torna-se inferior à taxa de crescimento da despesa do consumo do governo até 2008. Nesse ano, a elevação das receitas com rendas de recursos naturais e da própria arrecadação de impostos, mesmo com a eliminação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), aliada a um crescimento ainda modesto dos pagamentos de juros líquidos, fizeram com que a poupança se aproximasse de zero.

3) 2009-2012: A crise internacional de 2008 afetou fortemente o comportamento da economia em 2009, acarretando na desaceleração da arrecadação de impostos e contribuições sociais correntes, que crescem apenas 3,6% neste ano, enquanto as despesas com benefícios sociais e consumo mantiveram suas taxas de crescimento em patamares semelhantes aos dos anos anteriores (12,5 e 11,7% respectivamente), trazendo a poupança bruta para o campo negativo novamente. De 2009 a 2012, a trajetória foi somente crescente, a taxa de crescimento da RDB superou a do consumo em todos os anos, especialmente em 2010, quando influenciada pelo aumento da arrecadação decorrente do crescimento da atividade econômica, não obstante a introdução de desonerações tributárias como parte das políticas de resposta à crise. Contribuíram ainda para os resultados positivos a elevação das rendas de recursos naturais e a trajetória de queda da taxa de juros que havia se iniciado em 2009 e produziu reflexos ainda em 2010, A poupança passa a ser positiva, e se mantém desta forma até 2012.

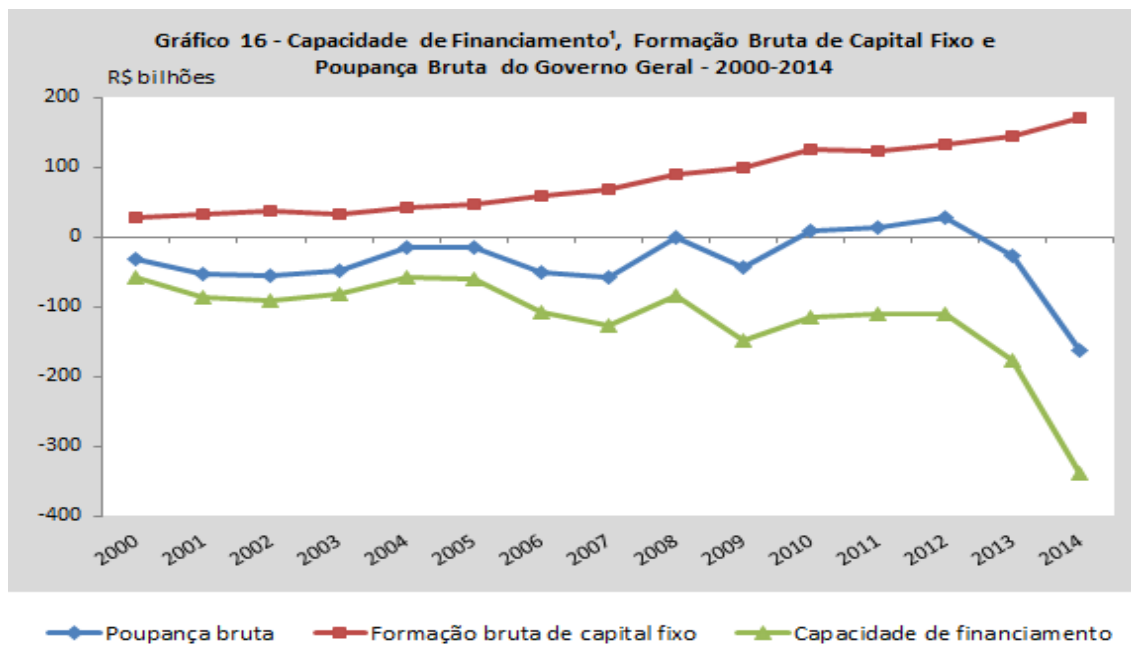
4) 2013-2014: O quadro começa a se inverter ainda na segunda metade de 2012, quando se aprofunda a política de desonerações tributárias que se estenderam para a folha de pagamento em setores específicos. Tal fato que acabou se traduzindo em desaceleração da arrecadação, aliado à política de ampliação dos subsídios ao setor produtivo, afetaram negativamente o agregado dos impostos líquidos sobre a produção e importação. Neste biênio a arrecadação destes impostos variou, em média, de 6% ao ano enquanto nos 12 anos anteriores cresceram a uma taxa média de aproximadamente 13% ao ano. Simultaneamente se retoma a trajetória ascendente das taxas de juros, o que elevou as despesas líquidas com juros em média 12,5%. Como resultado a renda disponível desacelera fortemente em 2013 e a poupança passa para o campo negativo. Em 2014, pela primeira vez na série, há redução da

renda disponível do setor, enquanto o consumo, não obstante sua desaceleração mantém trajetória ascendente, implicando nova redução da poupança bruta.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O gráfico 16 mostra o comportamento da necessidade de financiamento do setor, a formação bruta de capital fixo (FBCF) e sua poupança bruta. A necessidade de financiamento acompanha, em grande medida, a evolução da poupança bruta, tendo como principal diferença os gastos de investimento (formação bruta de capital fixo). Estes gastos apresentam evolução positiva em toda a série, à exceção dos anos de 2003 e 2011, anos que se caracterizaram pelo ajuste fiscal e elevação dos resultados primários. A taxa de crescimento média da FBCF se acelera no período 2005-2008 (21,3%), se reduz no período pós-crise internacional 2009-2012 (10,3%) e volta crescer no biênio 2013-14 (14,3%), mesmo quando a renda disponível inverte sua trajetória.



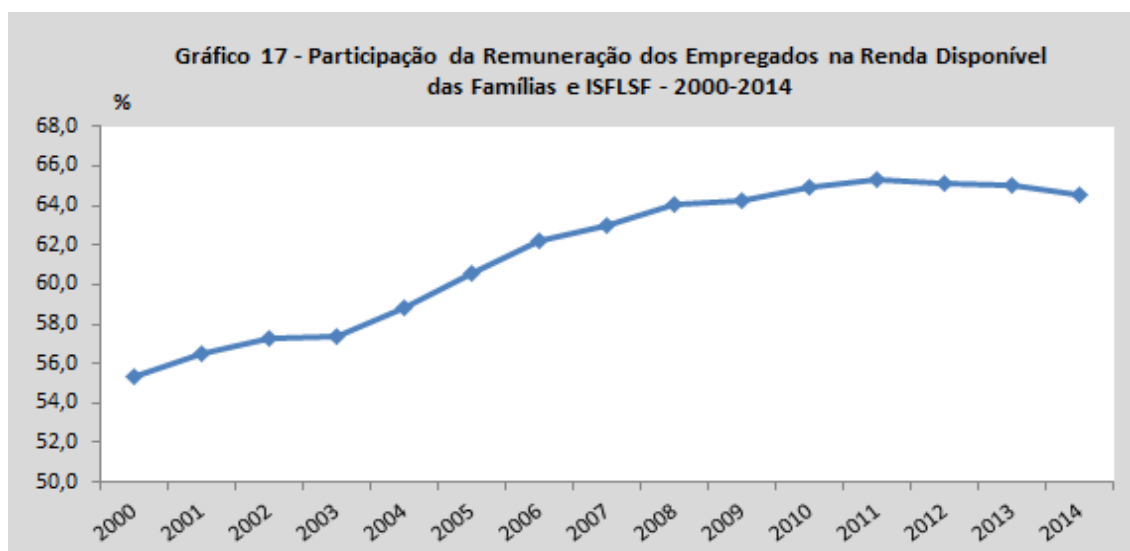
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
 1 Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento

Famílias e ISFLSF

O setor famílias é definido, como já apresentado acima, como um grupo de indivíduos que partilham o mesmo alojamento, que compartilham parte, ou a totalidade, do seu rendimento e patrimônio e que consomem coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente a habitação e a alimentação.

A principal fonte de renda das famílias é a remuneração dos empregados, paga principalmente por empresas e governo. As famílias também podem ter rendimentos de produção própria, como no caso de autônomos e de trabalhadores por conta própria.

Somando essas rendas a outras remunerações e transferências (como aposentadorias, pensões e renda de aplicações financeiras) e subtraindo pagamentos como despesas com juros e contribuições sociais, chega-se à renda disponível das famílias, que é a renda que elas têm para consumir ou poupar.

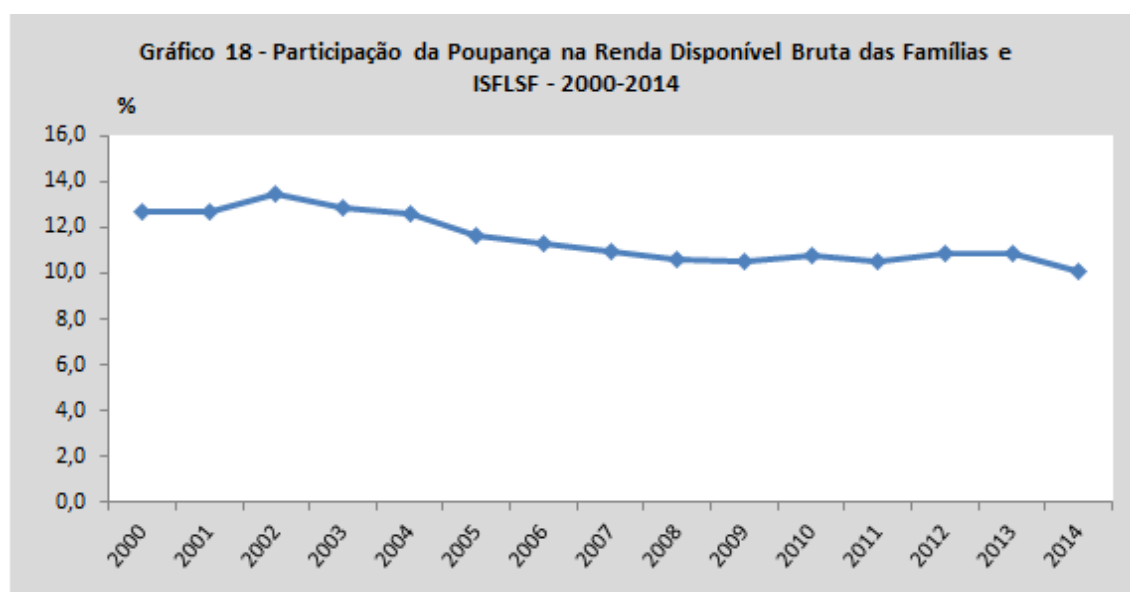


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

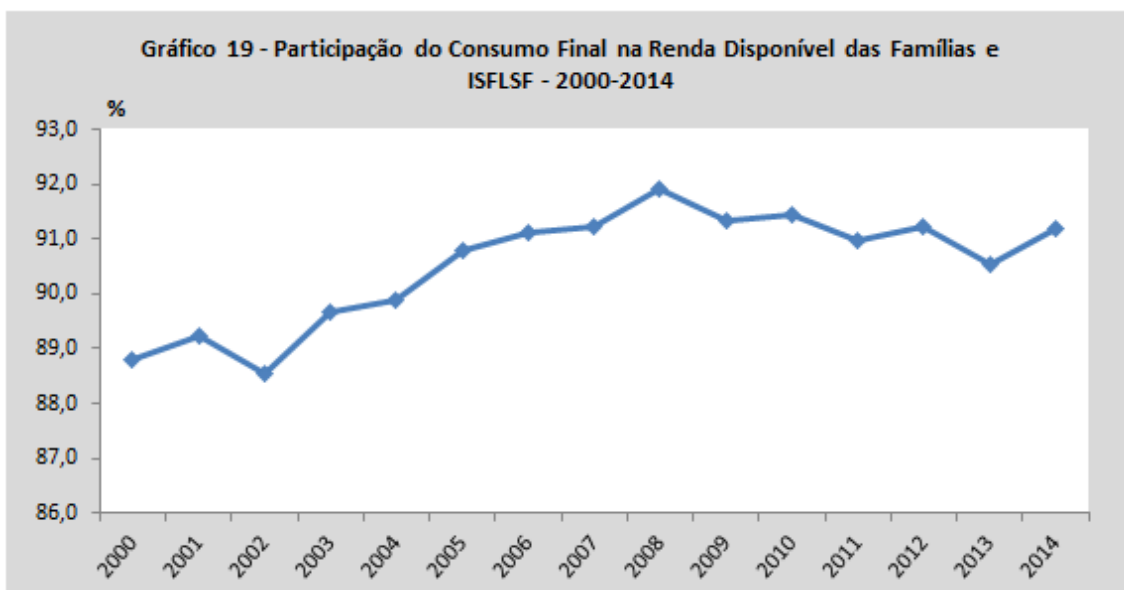
O gráfico 17, acima, mostra a relação entre a remuneração dos empregados recebida pelas famílias e sua renda disponível. A participação da remuneração na renda disponível aumentou até 2008. Ela teve queda em 2009, mas retomou a tendência de aumento em 2010, a partir de quando se estabilizou em torno de 65,0% (média entre 2010 e 2014).

Dividindo o consumo final das famílias por sua renda disponível (gráfico 19), vemos que parte da renda consumida teve uma trajetória de crescimento até 2008, caindo em 2009 e oscilando em torno de 91,1%, entre 2009 e 2014. A queda de remuneração e consumo, como proporção da renda disponível, está relacionada à crise econômica que começou em 2008, nos EUA, e que levou o PIB do Brasil a uma queda, em volume, de 0,1%, em 2009.

Como a poupança é calculada por saldo a partir da renda disponível e do consumo final das famílias, a trajetória da relação poupança/renda disponível tem uma tendência inversa à da relação consumo final/renda disponível, como mostrados nos gráficos 18 e 19.



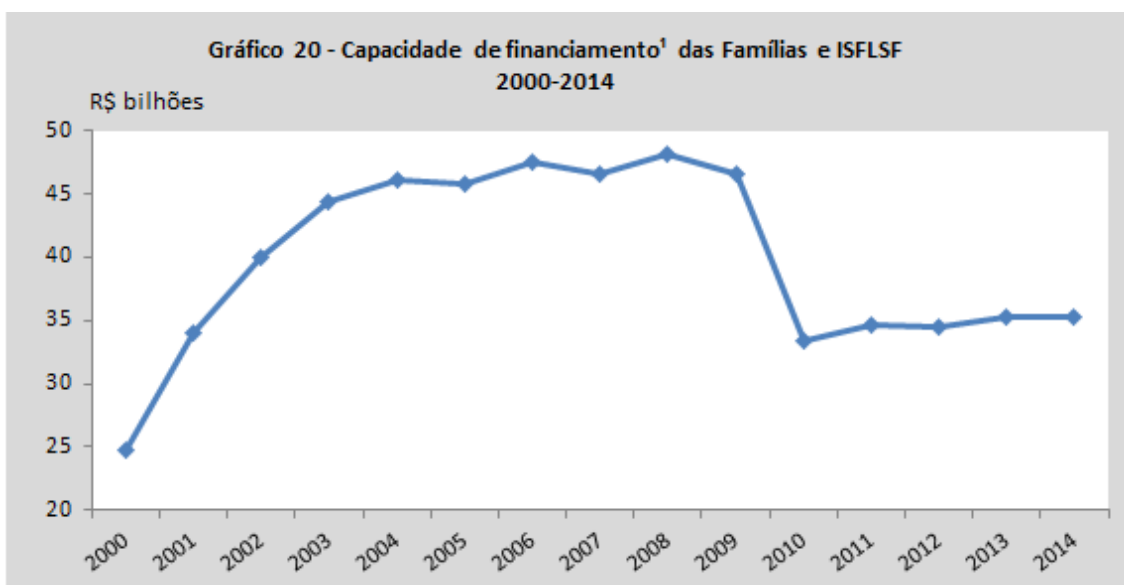
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Como pode ser observado no gráfico 18, após um aumento, em 2002, na parte da renda disponível que as famílias pouparam, houve queda em todos os anos seguintes até 2009, quando a relação entre poupança e renda disponível das famílias se estabilizou em torno de 10,6%.

A capacidade de financiamento das famílias teve crescimento, em valor, até 2003, mantendo-se constante desse ano até 2009, quando foi de R\$ 46,6 bilhões. Em 2010, a capacidade de financiamento teve uma queda de R\$13,2 bilhões. O crescimento do investimento das famílias especialmente por conta da construção em edificações residenciais - em um ano em que a atividade construção, como um todo, cresceu 13,1% em volume - foi maior que o crescimento da poupança, levando à queda na capacidade de financiamento. Nos anos seguintes, a capacidade de financiamento e se manteve estável em termos nominais (gráfico 20).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

¹ Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento

Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias

As Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias - ISFLSF consistem em todas as instituições sem fins de lucro residentes, exceto àquelas controladas pelo governo e pelas empresas, com produção não mercantil de bens e serviços destinados principalmente aos cidadãos. Os serviços se financiam geralmente mediante contribuições ou cotas regulares.

Para as contas nacionais, apenas alguns tipos de atividade podem ter suas unidades consideradas ISFLSF. As principais delas são: igrejas e outras organizações religiosas, organizações e associações profissionais, organizações sindicais, partidos políticos, associações de defesa de direitos sociais e organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

Entre 2000 e 2014, as ISFLSF responderam, na média do período, por cerca de 1,0% do valor adicionado bruto (VAB) total da economia. Sua participação no VAB oscilou entre 1,2%, em 2000, e 0,9%, em 2014.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/3/26983/actualizacionscn93_aeg.pdf>. Acesso em: out. 2015.

BALANCE of payments manual. 5th ed. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, c1993. 188 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: out. 2015.

GOVERNMENT finance statistics manual 2014. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>>. Acesso em: out. 2015.

INTERNATIONAL standard classification of all economic activities - ISIC. Rev. 4. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2008. 291 p. (Statistical papers. Series M, n.4/rev. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: out. 2015.

NATIONAL accounts: a practical introduction. New York: United Nations, Statistics Division, c2004. (Studies in methods. Series F, n. 85). 139 p. Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf>. Acesso em: set. 2015.

NATIONAL accounts official country data. In: UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2015. Disponível em: <<http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>>. Acesso em: fev. 2015.

PETROLEUM & other liquids. Prices. Washington, DC: U.S. Energy Information Administration - EIA, 2015. Disponível em: <<http://www.eia.gov/petroleum/data.cfm>>. Acesso em: set. 2015.

SÉRUZIER, M. *Construire les comptes de la nation: selon le SCN 1993*. 753 p. Paris: Economica, c1966. (Économie et statistiques avancées).

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>>. Acesso em: set. 2015.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Europeia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: set. 2015.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2015. Disponível em: <<http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>>. Acesso em: fev. 2015.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

apoio diagnóstico e terapêutico Grupo de procedimentos médicos e de saúde utilizados como atividades complementares ao diagnóstico (exames de diagnóstico que complementam o exame clínico) e tratamento (procedimentos terapêuticos que dão suporte e complementam outras medidas terapêuticas, como, por exemplo, hemoterapia, oxigenoterapia e nutrição enteral).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído também o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

diálise Técnica de tratamento usada na insuficiência renal. A função ausente ou deficiente do rim do paciente é compensada por uma técnica de "filtração" e limpeza do sangue do paciente por meio de equipamento (hemodiálise) ou uso de líquidos especiais introduzidos no abdome (diálise peritoneal).

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

especialidade farmacêutica Produto oriundo da indústria farmacêutica, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e disponível no mercado.

estabelecimento de saúde com internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas à acomodação de pacientes para permanência por um período mínimo de 24 horas. Os hospitais-dia não são considerados unidades com internação.

estabelecimento de saúde sem internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas ao atendimento de pessoas em tipo de não internação (atendimento ambulatorial ou de emergência).

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

farmoquímico Substância química ativa usada como insumo na produção de medicamentos.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual) Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

hemoterapia Serviço de terapia por meio da utilização de derivados do sangue.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No

caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

métodos gráficos Exames usados principalmente nas áreas de cardiologia, pneumologia e neurologia, nos quais a função dos órgãos examinados é representada graficamente. Os exemplos mais conhecidos são o eletrocardiograma para a função do coração, as provas de função pulmonar para avaliar as atividades do pulmão, e o eletroencefalograma para a atividade cerebral.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

orçamento da seguridade social Orçamento que abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à seguridade social. O orçamento da seguridade social integra a Lei Orçamentária Anual.

orçamento fiscal Orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento fiscal integra a Lei Orçamentária Anual.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

procedimento (médico ou de saúde) Qualquer intervenção ou ação executada por médico ou profissional de saúde no sentido de prevenir a

doença (aplicação de vacina, por exemplo); curar (cirurgia de vias biliares, por exemplo); ou reabilitar o paciente (consulta de fisioterapia, por exemplo).

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto

quimioterapia Serviço de terapia com a utilização de quimioterápicos.

radiodiagnóstico Técnicas de diagnóstico baseadas no uso de radiação como, por exemplo, radiografias e tomografias computadorizadas.

radioterapia Serviço de terapia utilizada, principalmente, no tratamento do câncer, e que consiste na aplicação de radiação na região do tumor.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

restos a pagar Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

resultado operacional líquido Receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. Capta todos os custos correntes das operações governamentais. O resultado operacional bruto corresponde a receita menos despesa distinta do consumo de capital fixo.

resultado primário ou capacidade ou necessidade líquida de financiamento primária Indicador de capacidade ou necessidade de financiamento menos as despesas de juros líquidas.

saídas de mercadorias Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

sistema único de saúde - SUS Criado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é um sistema de atenção à saúde universal e cobre toda a população brasileira. É financiado com recursos públicos provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). O SUS é responsável pela oferta de serviços de saúde à população em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção, curativa e reabilitação). A rede de serviços de saúde do SUS compreende estabelecimentos de propriedade do setor público e estabelecimentos privados e filantrópicos conveniados ao SUS. Além de oferecer atenção à saúde individual, inclusive farmacêutica, o SUS é responsável por ações que promovem a saúde coletiva da população, as quais incluem participação na preparação de recursos humanos para a saúde, saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica, vigilância nutricional e vigilância sanitária.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis, baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a

apuração de indicadores, como o Produto Interno Bruto - PIB, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

turismo médico Viagem de pessoa não residente para realização de tratamento ou intervenção de saúde. O tratamento ou intervenção geralmente é financiado pela própria pessoa e pode não existir – ou ser oferecido a preço mais alto e/ou qualidade inferior – em seu país de origem. Há indicações de que é comum na área de cirurgia estética.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

valor adicionado fiscal Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Equipe

Alessandra Soares da Poça
Amanda Mergulhão Santos Barros
Amanda Rodrigues Tavares
André Artur Pompéia Cavalcanti
André Rodrigues Pereira
Bárbara de Oliveira Brasil Correa
Camila Unis Krepsky
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Carmen Maria Gadea de Souza
Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte
Cláudia Coelho Reis
Claudia Dionisio Esterminio
Cristiano de Almeida Martins
Daniel Rodrigues Caetano
Douglas Moura Guanabara
Evaldo Gomes Rangel
Felipe de Oliveira Sampaio
Filipe Keuper Rodrigues Pereira
Flávia Caheté Lopes Carvalho
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Gabriela Cavalcanti de Araújo Martins
Guilherme Cunha Coutinho Barros
Gustavo Chalhoub Garcez
Hugo Araújo Saramago
João Hallak Neto
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada
Julio Cesar Siqueira
Katia Namir Machado Barros
Luiz Antonio do Nascimento de Sá
Luiz Fernando de Faria Pereira
Marcio Resende Ferrari Alves
Marcus Paulo Laranja Ribeiro
Michel Vieira Lapip
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paula Mendonça Arruda
Paulo Henrique Polly Montoya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes

Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo de Souza Ribeiro
Ricardo Montes Moraes
Rodrigo Vieira Ventura
Samuel Cruz dos Santos
Sheila Cristina Zani
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães
Victor Hugo Martins Bello Honaiser